OPHVE e pulseira eletrónica: um advogado criminal em Braga explica a medida A sigla OPHVE aparece em muitas conversas sobre processos-crime e deixa muita gente confusa. Significa obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica, e é aquilo a que se chama, de forma popular, pulseira eletrónica. É uma medida de coação que obriga o arguido a permanecer em casa, sob fiscalização à distância, e é muitas vezes a alternativa mais relevante à prisão preventiva. Um advogado criminal conhece bem o peso desta diferença. A OPHVE pode ser aplicada pelo juiz quando considera que há riscos que justificam uma medida forte, mas que podem ser acautelados sem prisão. O arguido mantém-se em casa, com a família, e em certos casos pode ser autorizado a sair para trabalhar ou para tratamentos médicos, nos termos fixados pelo tribunal. Para muitas famílias em Braga, esta medida faz a diferença entre manter alguma normalidade e ver a vida desabar.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º ***Informative post*** 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para que a OPHVE seja viável, há condições práticas a verificar: uma morada estável, o consentimento de quem vive na casa quando necessário, e condições técnicas para a instalação do equipamento. Um advogado criminal em Braga prepara estes elementos com antecedência, de modo a que a proposta possa ser apresentada de forma concreta no primeiro interrogatório ou num pedido de revisão de medidas. Cumprir a medida com rigor é essencial. Saídas não autorizadas, atrasos ou tentativas de manipular o equipamento são detetados e podem levar ao agravamento das medidas de coação, incluindo a prisão preventiva. A defesa explica as regras de forma clara e acompanha o cumprimento, pedindo alterações quando a situação familiar ou profissional do arguido o justifique. Cada caso é analisado individualmente, porque as circunstâncias variam muito. Para a família que acolhe o arguido, a OPHVE também implica adaptações. A casa passa a ser o espaço onde o arguido cumpre a medida, há horários a respeitar e, por vezes, contactos com os técnicos responsáveis pela fiscalização. Convém que todos os que vivem na casa percebam as regras, para evitar situações que possam ser interpretadas como incumprimento. O advogado explica estas regras à família com linguagem simples e esclarece as dúvidas que forem surgindo. A QUOR Advogados inclui a OPHVE entre as alternativas que analisa na sua área de prisão preventiva. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências e medidas de coação. Em Braga, o escritório fica na Praça da República n.º 7, 3.º Andar. A consulta inicial custa 70€, presencial ou online. Contacto: +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Criminal em Braga Quanto custa a primeira consulta com um advogado criminal em Braga? Na QUOR Advogados, a consulta inicial tem um valor fixo de 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser feita presencialmente na Praça da República n.º 7, em Braga, ou online por videochamada. Se o cliente decidir avançar, recebe um orçamento claro antes de qualquer trabalho. O que fazer se um familiar for detido em Braga? O primeiro passo é saber onde a pessoa está e contactar um advogado o mais cedo possível. O arguido detido tem de ser presente a um juiz no prazo máximo de 48 horas, e é nesse interrogatório que se decidem as medidas de coação. O escritório da QUOR em Braga presta atendimento rápido em detenção, das 9h às 18h, pelo +351 939 709 888. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser informado dos factos e a ser assistido por defensor. A QUOR Advogados explica esses direitos, prepara o interrogatório e define a linha de defesa, sempre com linguagem clara e sem jargão. Qual é o prazo para apresentar uma queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados responde a pedidos de contacto em 24 horas úteis para que nenhum prazo se perca. A QUOR Advogados representa vítimas ou apenas arguidos? Representa ambos: «Representamos quem é vítima. Defendemos quem é acusado.» Em Braga, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha vítimas como assistentes, incluindo em casos de violência doméstica e crimes contra pessoas. A equipa trata também a queixa-crime e o pedido de indemnização civil. Fui vítima de burla MB WAY. Ainda é possível recuperar o dinheiro? Depende de cada caso, e nenhum advogado pode prometer a recuperação. O essencial é contactar o banco de imediato, guardar todas as conversas e comprovativos e apresentar queixa. A QUOR Advogados analisa se há fundamento para exigir ao banco a reposição dos valores e acompanha o processo penal e o pedido de indemnização. É possível evitar a prisão preventiva? A prisão preventiva é a medida de coação mais grave e deve ser excecional. A defesa pode propor alternativas como caução, apresentações periódicas, proibição de contactos ou OPHVE, fundamentadas com elementos sobre a vida do arguido. A QUOR Advogados tem uma área dedicada à legalidade, prazos, alternativas e recurso da prisão preventiva, e cada caso é analisado individualmente. Posso fazer a consulta online se não estiver em Braga? Sim. A QUOR Advogados realiza consultas por videochamada em qualquer parte de Portugal e no estrangeiro, com o

mesmo valor de 70€ e o mesmo sigilo profissional. Os documentos podem ser enviados em formato digital antes da reunião, em linha com o lema «Justiça Ecológica. Menos Papel e Mais Planeta.» Qual é o horário de atendimento do escritório de Braga? O escritório da Praça da República n.º 7, 3.º Andar, atende das 9h às 18h, pelo telefone +351 939 709 888. Fora desse horário, é possível escrever para info@quor.pt com o nome, o contacto e um resumo da situação. A equipa compromete-se a responder em 24 horas úteis. A QUOR acompanha processos fora da cidade de Braga? Sim. A equipa acompanha processos em todo o distrito, incluindo Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Vila Verde, Amares e Fafe. A QUOR tem ainda escritórios no Porto e em Esposende, e as consultas por videochamada facilitam o acompanhamento à distância pelo mesmo advogado. Como tratar do registo criminal ou cancelar averbamentos? O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com Cartão de Cidadão ou Chave Móvel Digital, e é válido por três meses. A QUOR Advogados ajuda a consultar, obter e interpretar o registo, e avalia se existe fundamento para pedir o cancelamento de averbamentos. Os requisitos e prazos legais variam, por isso cada situação é analisada individualmente. Quem acompanha os processos criminais na QUOR em Braga? Em Braga, a Dra. Paula Pratinha atende presencialmente e acompanha sobretudo vítimas, e o Dr. David Silva tem presença regular no Tribunal Judicial de Braga, com foco em julgamento, legalidade da prova e recursos. Na equipa da QUOR, a Dra. Inês Azevedo trabalha em urgências, primeiros interrogatórios e medidas de coação. Cada cliente é acompanhado pelo mesmo advogado ao longo do processo.